

380

ATA DA XXXVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA.

1 Aos trinta dias do mês de junho do ano de hum mil
2 novecentos e noventa e quatro, às 9h30min., no auditório nº 01 do
3 Edifício Sede do IBAMA, em Brasília-DF, foi realizada a XXXVIII
4 Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
5 Estavam presentes os seguintes Conselheiros: Doutor HENRIQUE
6 BRANDÃO CAVALCANTI, Ministro de Estado do Meio Ambiente e da
7 Amazônia Legal e Presidente do CONAMA; Doutora NILDE LAGO
8 PINHEIRO, Secretária-Executiva do CONAMA e Presidente do IBAMA;
9 Doutor JADSON DE ARAÚJO PIRES, Conselheiro Suplente Representante
10 da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental -
11 ABES; Doutor JAIRÓ CORTÊZ COSTA, Conselheiro Titular
12 Representante da Fundação Brasileira para a Conservação da
13 Natureza - FBCN; Doutora MAUDE NANCY MOTTA, Conselheira Titular
14 Representante das Entidades Ambientalistas Cíveis da Região Sul;
15 Doutor FRANCISCO RODRIGUES SOARES e Doutor RENATO PAES DA CUNHA,
16 Conselheiro Titular e Suplente, respectivamente, Representantes
17 das Entidades Ambientalistas Cíveis da Região Nordeste; Doutora
18 FERNANDA COLAGROSSI, Conselheira Titular Representante das
19 Entidades Ambientalistas Cíveis da Região Sudeste; Doutor JOSÉ
20 HEDER BENATTI, Conselheiro Titular Representante das Entidades
21 Ambientalistas Cíveis da Região Norte; Doutor CÉSAR VÍTOR DO
22 ESPÍRITO SANTO, Conselheiro Titular Representante das Entidades
23 Ambientlaistas Cíveis da Região Centro-Oeste; Doutor ANDRÉ DA
24 CRUZ, Conselheiro Titular Representante da Coordenação das
25 Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB; Doutor
26 PAULO NOGUEIRA-NETO, Conselheiro Titular Representante da
27 Associação de Defesa do Meio Ambiente - ADEMA/SP; Doutor LEOPOLDO
28 GARCIA BRANDÃO, Conselheiro Suplente Representante da
29 Confederação Nacional do Comércio; Doutor JOSÉ RIBAMAR BRASIL

1 CHEHEB, Conselheiro Suplente Representante do Instituto
2 Brasileiro de Siderurgia - IBS; Doutora SUELY DE SOUZA MELO DA
3 COSTA, Conselheira Titular Representante do Governo do Estado do
4 Acre; Doutor GABRIEL CAMPANA FILHO, Conselheiro Suplente
5 Representante do Governo do Estado de Alagoas; Doutor ANTONIO
6 CARLOS DA SILVA FARIAS, Conselheiro Titular Representante do
7 Governo do Estado do Amapá; Doutor DURVAL FREIRE DE CARVALHO
8 OLIVIERI, Conselheiro Suplente Representante do Governo do Estado
9 da Bahia; Doutora MARIA DO CARMO LIMA BEZERRA, Conselheira
10 Suplente Representante do Governo do Distrito Federal; Doutor
11 ALMIR BRESSAN JÚNIOR, Conselheiro Titular Representante do
12 Governo do Estado do Espírito Santo; Doutor LEÔNIDAS SORIANO
13 CALDAS NETO, Conselheiro Suplente Representante do Governo do
14 Estado do Maranhão; Doutor PAULO DOS SANTOS LEITE, Conselheiro
15 Suplente Representante do Governo do Estado do Mato Grosso;
16 Doutor EDSON ESPÍNDOLA CARDOSO, Conselheiro Suplente
17 Representante do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul; Doutor
18 MAURÍCIO ANDRÉS, representando o Governo do Estado de Minas
19 Gerais; Doutor FRANCISCO SÉRGIO B. S. LEÃO, Conselheiro Titular
20 Representante do Governo do Estado do Pará; Doutor JOSÉ LUIZ
21 MARQUES DELGADO, Conselheiro Titular Representante do Governo do
22 Estado de Pernambuco; Doutor AXEL SCHMIDT GRAEL, Conselheiro
23 Suplente Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro;
24 Doutor LUCIANO TEODORO MARQUES, Conselheiro Titular Representante
25 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Doutor DAUZELEI
26 BENETTON PEREIRA, Conselheiro Suplente Representante do Governo
27 do Estado de Santa Catarina; Doutor JOSÉ DE ÁVILA AGUIAR COIMBRA,
28 Conselheiro Suplente Representante do Governo do Estado de São
29 Paulo; Doutor NELSON MONTEIRO AFONSO DOS SANTOS, Conselheiro
30 Suplente Representante do Ministério do Bem-Estar Social; Doutor
31 CARLOS FERNANDO DE MOURA DELPHIM, Conselheiro Titular
32 Representante do Ministério da Cultura; Doutora NELI GONÇALVES DE
33 MELO, Conselheira Titular Representante do Ministério da Educação
34 e Desporto; Tenente-Coronel-de-Infantaria OEMA HENRIQUE SÉRGIO
35 FALCÃO, Conselheiro Suplente Representante do Ministério do

1 Exército; Doutor JOSÉ BELIZÁRIO NUNES, Conselheiro Titular
2 Representante do Ministério da Integração Regional; Doutor
3 EDMUNDO ANTONIO TAVEIRA PEREIRA, Conselheiro Titular
4 Representante do Ministério da Justiça; Capitão-de-Mar-e-Guerra
5 CÉSAR RICARDO CRISTALLI, Conselheiro Titular Representante do
6 Ministério da Marinha; Doutor GETÚLIO LAMARTINE DE PAULA FONSECA
7 e Doutor HAROLDO MATTOS DE LEMOS, Conselheiros Titular e
8 Suplente, respectivamente, Representantes do Ministério do Meio
9 Ambiente e da Amazônia Legal; Doutor FLÁVIO SOTTOMAYOR SANTOS
10 JÚNIOR, Conselheiro Suplente Representante do Ministério de Minas
11 e Energia; Doutora MARIA DALVA ALVES DOS SANTOS e Doutora HELENA
12 ZANELLA, Conselheiras Titular e Suplente, respectivamente,
13 Representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República;
14 Doutor ANTONIO CARLOS FILGUEIRA GALVÃO, Conselheiro Titular
15 Representante da Secretaria de Planejamento, Orçamento e
16 Coordenação da Presidência da República; Doutor HERBERT OTTO
17 ROGER SCHUBART, Conselheiro Titular Representante da Secretaria
18 de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Doutor
19 SÍLVIO CORDEIRO, Conselheiro Suplente Representante da Casa
20 Militar da Presidência da República; Capitão-de-Fragata PAULO
21 TEIXEIRA DE CASTRO e Doutor NILTON DE MENEZES, Conselheiros
22 Titular e Suplente, respectivamente, Representantes do Estado-
23 Maior das Forças Armadas; Doutor JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA,
24 Conselheiro Suplente Representante do Instituto Brasileiro do
25 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Também
26 compareceram à esta Sessão: Dr. João Frederico Guimarães Cruz, da
27 SEMACT/AM; Dr. Antonio Carlos Amaral, da ELETROBRÁS; Dr^a Elba
28 Lucy de F. D. Moysés, do MCT; Dr. Jorge André Fauth, da ADFG -
29 Amigos da Terra; Dr. Walter Justus, da Casa Militar da
30 Presidência da República; Dr. Ailton Krenak, do Núcleo de Cultura
31 Indígena; Dr. Luís Fernando Fontes, da CNI; Dr. Claudison
32 Rodrigues, do Instituto Acqua; Dr^a Claudete da Costa Borba, do
33 Ministério do Trabalho. Não havendo ainda *quorum* necessário para
34 deliberação, o Presidente fez uma introdução à Sessão em virtude
35 da sua convocação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da

1 República, para uma reunião ministerial e que por esse motivo
2 teria que se ausentar do Plenário, esclarecendo que estaria de
3 volta no início da Sessão à tarde. Nesse sentido passou a
4 Presidência da Reunião ao Secretário-Executivo do Ministério do
5 Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Conselheiro Getúlio Lamartine
6 de Paula Fonseca. Houve um breve espaço de tempo para o alcance
7 do *quorum*, e após tê-lo alcançado o Dr. Getúlio Fonseca passou ao
8 item 2 da Pauta, dando posse aos seguintes Conselheiros: Dr.
9 Paulo Nogueira-Neto e Dr^a Magda Renner; Dr. André da Cruz e Dr.
10 Atanagildo de Deus Matos; Dr. Antonio Carlos Filgueira Galvão;
11 Dr. José Belizário Nunes e Dr. Joel Sadi Dutra Nunes; Dr. Carlos
12 Ernesto Topal Ely; Dr. Luiz Antonio Vasconcellos Carreira. O
13 Secretário deu boas vindas aos novos Conselheiros e passou ao
14 item 3 da Pauta referente à leitura e votação da Ata da reunião
15 anterior. Estando em discussão e não havendo manifestações
16 contrárias, a Ata foi aprovada por unanimidade, sem emendas. A
17 seguir, passou a palavra à Secretária-Executiva do CONAMA, para
18 dar andamento à leitura do expediente e das comunicações da Ordem
19 do Dia, perguntando ao Plenário se havia algum encaminhamento a
20 ser feito nesta questão. Não havendo manifestações a respeito, a
21 Secretária-Executiva passou ao item 5, referente a apresentação à
22 mesa das matérias com pedido de regime de urgência, de emendas às
23 matérias da Ordem do Dia e dos pedidos de inversão de Pauta.
24 Foram entregues as seguintes matérias: 1) proposta de Moção ao
25 IBAMA para imediato término da elaboração por aquele órgão,
26 ouvida a FEEMA, do Termo de Referência para o EIA/RIMA do
27 Empreendimento Usina Nuclear Angra II; 2) recomendação da Câmara
28 Técnica Temporária para Acompanhamento e Análise do Projeto Usina
29 Nuclear Angra II, com o seguinte teor: do Ministro do Meio
30 Ambiente e da Amazônia Legal ao Presidente da República, "por
31 recomendação do Plenário do Conselho Nacional do Meio Ambiente, à
32 vista da proposição da Câmara Técnica Temporária para
33 Acompanhamento e Análise do Projeto Usina Nuclear Angra II, elevo
34 à consideração de Vossa Excelência e solicitação a ser remetida
35 ao Congresso Nacional no sentido de transformar em regime de

1 urgência a tramitação do Projeto de Lei 239/87 e seus apensos que
2 tratam de definição da política nacional pra disposição final de *
3 rejeitos radioativos. É de importância capital para o País a
4 existência de legislação que contemple de modo eficaz o controle
5 do Estado e da Sociedade quanto aos rejeitos radioativos, dando
6 cumprimento às disposições da Carta Maior, em seus artigos 177 §
7 2º e 225, bem como da Agenda 21 que dispõe especificamente sobre
8 os Rejeitos Radioativos, em seu Capítulo 43"; 3) proposta de
9 Moção de solicitação à Câmara dos Deputados, no sentido de ser
10 dada urgência na tramitação das proposições que dispõem sobre a
11 definição da política nacional para disposição final de rejeitos
12 radioativos, e na decisão da Comissão de Defesa do Consumidor,
13 Meio Ambiente e Minorias sobre o Projeto de Lei nº 239, de 1987,
14 e apensos, que têm como Relator o ilustre Deputado Sidney de
15 Miguel; 4) proposta de Moção ao Ministério do Meio Ambiente e da
16 Amazônia Legal, no sentido de que sejam desenvolvidos esforços
17 para criação do "Grupo de Trabalho com a participação dos 8
18 Ministérios que a problemática da desertificação da convenção
19 seja implementada.", encaminhada pelo Conselheiro Francisco
20 Soares, Representante das Entidades Ambientistas Cíveis da
21 Região Nordeste; 5) proposta de Moção com o seguinte teor:
22 "apresentar pedido de denúncia e de indicação sobre o Projeto de
23 Transposição do Rio São Francisco ora em discussão no âmbito do
24 Ministério da Integração Regional e que é de grande preocupação
25 dos ambientalistas da Região Nordeste e de todo o Brasil.
26 Solicita informações do CONAMA sobre: licenciamento ambiental,
27 Termos de Referência para elaboração do EIA/RIMA, denúncias sobre
28 o início das obras, apuração de responsabilidades e urgentes
29 punições", de autoria do Dr. Renato Paes da Cunha, Conselheiro
30 Suplente Representante das Entidades Ambientistas Cíveis da
31 Região Nordeste; 6) proposta de Moção ao Ministro do Meio
32 Ambiente e da Amazônia Legal e ao Secretário de Ciência e
33 Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, para "que seja
34 criada a Comissao Brasileira, para implementar a Convenção do
35 Clima"; 7) proposta de Moção encaminhada pelo Presidente da

1 Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Saneamento, Dr. Jadson de
2 Araújo Pires, "sugerindo a estruturação de um Programa Nacional
3 de Gestão de Bacias Hidrográficas, integrando neste Programa, sem
4 exceção, todos segmentos interessados na proteção, aproveitamento
5 racional e gestão dos recursos hídricos e do meio ambiente,
6 aplicando-se: os princípios da AGENDA XXI, particularmente os
7 enunciados no Capítulo XVIII, que trata da 'Proteção da qualidade
8 e suprimento de recursos hídricos: aplicação de enfoques
9 integrados para o desenvolvimento, gerenciamento e uso dos
10 recursos hídricos'; e os princípios da Declaração do Rio de
11 Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, notadamente no
12 que se refere ao Princípio Poluidor/Usuário Pagador". A
13 Secretária-Executiva passou, então, à leitura da Ordem do Dia,
14 item 6.1, que se refere ao Glossário Técnico anexo à
15 Resolução/CONAMA nº 010/93, nos termos do seu artigo 8º, de
16 autoria da Câmara Técnica Temporária para Assuntos de Mata
17 Atlântica. Passou a palavra ao Presidente da Câmara Técnica de
18 Assuntos Jurídicos para apresentar o parecer da Câmara sobre a
19 matéria. O Presidente relatou que a Câmara manifestou-se por
20 propor ao Plenário uma minuta de Resolução no sentido de aprovar
21 o Glossário de Termos Técnicos elaborado pela Câmara Técnica
22 Temporária para Assuntos de Mata Atlântica, e que a Câmara de
23 Assuntos Jurídicos entendeu que não haveria necessidade de
24 constar da publicação a bibliografia, somente os termos técnicos.
25 Estando em discussão, a Conselheira Fernanda Colagrossi,
26 Presidente da Câmara Técnica Temporária para Assuntos de Mata
27 Atlântica, fez uso da palavra para explicar a natureza do
28 Glossário e solicitou que constasse em Ata o seguinte relato:
29 "... Esse Glossário nasceu no Estado da Bahia, em Porto Seguro,
30 na V Reunião da Câmara Técnica, que foi aberta. Lá, uma das
31 centenas de pessoas que estiveram, num grande auditório, uma
32 dessas pessoas me mandou uma carta que aqui está, que eu guardei
33 com muito carinho e que diz o seguinte: "Pedimos um Glossário! As
34 palavras da Resolução nº 010 só são entendidas por entendidos
35 (embaixo diz quais são as palavras, faz uma relação delas) e diz

1 embaixo - vamos popularizar as leis, se a gente pode complicar,
2 por que facilitar? Deste Porto Seguro, desta vossa Ilha de Vera
3 Cruz, hoje, sexta-feira, 17 dias do mês de setembro de 1993, Ano
4 da Graça do Senhor. Romeu Fontana". Ao terminar, a Conselheira
5 colocou que esse Glossário foi dedicado a todas as pessoas que
6 acham que querem ler as leis e que querem compreendê-las,
7 sobretudo os fiscais de meio ambiente, que devem ser os primeiros
8 a entender o que vão fiscalizar. Após algumas intervenções e
9 discussões, o Plenário aprovou a matéria juntamente com a
10 Resolução sugerida pela Câmara e devidas modificações conforme
11 texto final a seguir: "O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE -
12 CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº
13 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 8.028, de 12
14 de abril de 1990, regulamentadas pelo Decreto nº 99.274, de 06 de
15 junho de 1990, e Lei nº 8.746, de 09 de dezembro de 1993,
16 considerando o disposto na Lei no. 8.490, de 19 de novembro de
17 1992, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e
18 Considerando o disposto no artigo 8º da Resolução CONAMA nº 010,
19 de 10 de outubro de 1993, resolve: Art. 1º Aprovar o Glossário de
20 Termos Técnicos, elaborado pela Câmara Técnica Temporária para
21 Assuntos de Mata Atlântica. AGRESTE: zona fitogeográfica do
22 Nordeste, entre a Mata e o Sertão, caracterizada pelo solo
23 pedregoso e pela vegetação escassa e de pequeno porte. ALTO
24 MONTANO: relativo aos ambientes situados em altitudes acima de
25 1500 metros. AMARILIDÁCEAS: família botânica, a qual pertencem
26 entre outros as açucenas. AMBIENTE HALÓFITO: ambiente
27 caracterizado pela presença de vegetação tolerante ao sal.
28 ANTRÓPICO: relativo à ação humana. ÁREA BASAL: área expressa em
29 m² que uma ou um grupo de árvores ocupa no terreno. BRIÓFITAS:
30 vegetal de pequenas dimensões, sem canais internos condutores de
31 seiva, como os musgos. CACTÁCEAS: família de plantas
32 peculiarmente destituídas de folhas, mas que têm o caule muito
33 engrossado, em virtude de amplas reservas de água. Quase sempre
34 conduzem espinhos; flores ornamentais, dotadas de numerosas
35 pétalas e estames, frutos por vezes comestíveis. COMUNIDADE

1 EDÁFICA: conjunto de populações vegetais dependentes de
2 determinado tipo de solo. COMPLEXIDADE ESTRUTURAL: grupo ou
3 conjunto de espécies ocorrentes em uma floresta, cujos indivíduos
4 interagem imprimindo características próprias a mesma, em virtude
5 de distribuição e abundância de espécies, formação de estratos,
6 diversidade biológica. CUMES LITÓLICOS: ponto mais alto de um
7 morro ou elevação constituídos basicamente de rochas. DECÍDUA:
8 diz-se da planta cujas folhas caem em certa época do ano.
9 DISTRIBUIÇÃO DIAMÉTRICA: maneira como se apresentam os diâmetros
10 dos troncos medidos à 1,30 metros do solo (DAP). DIVERSIDADE
11 BIOLÓGICA: variedade de indivíduos, comunidades, populações,
12 espécies e ecossistemas existentes em uma determinada região.
13 DOMINÂNCIA DE ESPÉCIES: grau em que determinadas espécies dominam
14 em uma comunidade, devido ao tamanho, abundância ou cobertura, e
15 que afeta as potencialidades das demais espécies. DOSSEL: parte
16 formada pela copa das árvores que formam o estrato superior da
17 floresta. ECÓTONO: zona de contato ou transição entre duas
18 formações vegetais com características distintas. EDÁFICA:
19 relativo ao solo. ENDEMISMO: espécie nativa, restrita a uma
20 determinada área geográfica. EPÍFITA: planta que cresce sobre a
21 outra planta sem retirar alimento ou tecido vivo do hospedeiro.
22 ESPÉCIE EMERGENTE: aquela que se sobressai devido a sua copa
23 ultrapassar o dossel da floresta, em busca de luminosidade.
24 ESPÉCIE INDICADORA: aquela cuja presença indica a existência de
25 determinadas condições no ambiente em que ocorre. ESPÉCIE
26 PIONEIRA: aquela que se instala em uma região, área ou habitat
27 anteriormente não ocupada por ela, iniciando a colonização de
28 áreas desabitadas. ESTRATO: determinada camada de vegetação em
29 uma comunidade vegetal. Ex.: estratos herbáceo, arbustivo e
30 arbóreo. EXPLOTAÇÃO SELETIVA: o mesmo que exploração seletiva.
31 Extração de espécies ou produtos de origem vegetal previamente
32 determinados. FISIONOMIA: feições características no aspecto de
33 uma comunidade vegetal. FLORESTA ESTACIONAL: floresta que sofre
34 ação climática desfavorável, seca ou fria, com perda de folhas.
35 FLORESTA OMBRÓFILA: floresta que ocorre em ambientes sombreados

1 onde a umidade é alta e constante ao longo do ano.

2 HIGRÓFILA: vegetação adaptada a viver em ambiente de elevado grau
3 de umidade. LATIFOLIADA: vegetação com abundância de espécies
4 dotadas de folhas largas. LÍQUENS: associação permanente entre
5 uma alga e um fungo, comumente encontrada nos troncos das árvores
6 e sobre rochas. MESÓFILA: vegetação adaptada a viver em ambiente
7 com mediana disponibilidade de água, no solo e na atmosfera.

8 MONTANO: relativo a ambientes que ocupam a faixa de altitude
9 geralmente situada entre 500 e 1500m. PLÂNTULA: planta jovem ou
10 recém germinada. PTERIDÓFITAS: plantas sem flores que se

11 reproduzem por esporos. Ex.: samambaias, xaxins e avencas. REGIÃO

12 ESTUARINA: área costeira na qual a água doce se mistura com a
13 salgada. REMANESCENTES: manchas de vegetação nativa Primária ou

14 Secundária do domínio da Mata Atlântica. SERAPILHEIRA: camadas de
15 folhas, galhos e matéria orgânica morta que cobre o solo das

16 matas. SUBOSQUE: estratos inferiores de uma floresta. Vegetação
17 que cresce sob as árvores. XERÓFITA: vegetação adaptada a habitat

18 seco. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua
19 publicação." A seguir passou ao item 6.2 referente à proposta de

20 Resolução que altera a Resolução/CONAMA/nº 001/86, que dispõe
21 sobre EIA/RIMA, de autoria da FEMA/MT. Tendo a Conselheira

22 Fernanda Colagrossi pedido vistas à matéria na reunião passada,
23 foi convidada pela Secretária-Executiva a expor suas conclusões

24 sobre a proposta. Fazendo uso da palavra, a Conselheira colocou
25 que essa proposta deveria ser transformada numa Câmara Técnica

26 específica para proceder uma revisão da legislação do EIA/RIMA no
27 sentido nacional, para um aperfeiçoamento dessa legislação,

28 inclusive em algumas incongruências que ela tem e citou como
29 exemplo a obrigatoriedade de não haver nenhum tipo de vínculo

30 direto ou indireto do proponente com a empresa de consultoria que
31 faz o EIA/RIMA. Continuou lendo alguns pareceres, todos eles

32 contrários ao objeto da proposta. Estando em discussão e após
33 muitas opiniões e esclarecimentos, sobretudo por parte do

34 Conselheiro Representante do Governo do Estado do Mato Grosso,
35 autor da proposta, que defendeu a mesma solicitando a aprovação,

1 a Secretária-Executiva encaminhou à votação da proposta que foi
2 prejudicada no Plenário, recebendo o seguinte encaminhamento pela
3 mesa: a matéria será remetida ao Grupo de Trabalho do SLAP, que
4 se encarregará de estudar possíveis alterações e adequações à
5 Resolução/CONAMA/nº 001/86. O produto desses estudos será
6 remetido à Câmara Técnica de Controle Ambiental para ser
7 analisado, com possibilidades dos mesmos serem incluídos na Pauta
8 da próxima reunião ordinária. A seguir passou ao item 6.3,
9 referente à proposta de Resolução que institui novo Regimento
10 Interno do CONAMA, de autoria da Secretaria-Executiva. O
11 Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos propôs, como
12 Conselheiro do Ministério da Justiça, a retirada de Pauta para
13 efeito de votação nesta Reunião, acolhendo sugestão do Presidente
14 do CONAMA, no sentido de que a proposta seja analisada por todos
15 os Conselheiros, já que as modificações que a Câmara Técnica de
16 Assuntos Jurídicos fez à proposta original foram profundas. O
17 Conselheiro solicitou que todos mandem contribuições, que
18 passarão pela apreciação do Plenário na próxima Reunião
19 Ordinária. O Conselheiro Francisco Soares fez uso da palavra e
20 propôs que além de discutir o Regimento Interno, seja estudado
21 também os Decretos 99.274 e 99.355, ambos de 1990, para fins de
22 atualização dos mesmos. A proposta foi aprovada pelo Plenário,
23 por unanimidade. Estando o Senhor Presidente do CONAMA de volta
24 do seu compromisso, reiniciou a Reunião passando ao item 6.4
25 referente à proposta de Resolução prorrogando o prazo de duração
26 da Câmara Técnica Temporária para Assuntos de Mata Atlântica, e
27 passou a palavra ao Presidente da Câmara Técnica de Assuntos
28 Jurídicos que relatou o parecer favorável à prorrogação do prazo
29 de duração da Câmara. Estando em discussão e não havendo
30 manifestações contrárias, a proposta foi aprovada sem emendas.
31 Quanto ao item 6.5 referente à proposta de Resolução mantendo as
32 decisões das instâncias administrativas inferiores que tramitaram
33 desde a Superintendência do IBAMA no Estado do Espírito Santo até
34 o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, conforme
35 consta no Processo/SUPES/IBAMA-ES nº 1702/90, de autoria da

1 Secretaria-Executiva, que foi objeto de pedido de vistas pelo
2 Conselheiro Durval Olivieri, o Presidente concedeu-lhe a palavra
3 para apresentar o seu parecer. O Conselheiro colocou que a
4 análise do Estado da Bahia concluiu pela ratificação enfática das
5 posições adotadas pela SUPES/IBAMA e pelos respectivos órgãos de
6 recursos superiores. Estando em votação, a matéria foi aprovada
7 sem emendas e por unanimidade. Quanto ao item 6.6, referente à
8 proposta de Moção solicitando à SUPES/IBAMA-GO informações sobre
9 ocupação irregular, atividades potencialmente degradadoras do
10 meio ambiente e diretrizes correspondentes ao Parque Nacional
11 Chapada dos Veadeiros, o Presidente da Câmara Técnica de Assuntos
12 Jurídicos relatou que a Câmara decidiu que: com relação às
13 moções, a manifestação é exclusivamente no sentido de se ferem ou
14 não algum princípio legislativo. No caso do 1º item, não fere
15 dispositivo legal, portanto, nada há em contrário; no caso do 2º
16 item, trata-se de assunto não passível de Moção. Apenas a título
17 de colaboração, sugeriu que este assunto seja encaminhado à
18 Câmara Técnica de Ecossistemas. Após muitas discussões, o
19 Plenário chegou à seguinte conclusão: a proposta em seu primeiro
20 item foi aprovada sem modificações. Quanto ao segundo item
21 concordou com a decisão da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos,
22 ou seja, será remetido à Câmara Técnica de Ecossistemas para
23 análise mais profunda. Quanto ao item 6.7, referente à proposta
24 de Moção dispondo sobre solicitação de revisão do licenciamento
25 do Projeto Usina Hidrelétrica do Rio Pardo, o Presidente da
26 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos relatou que a Câmara nada
27 tinha a opor quanto ao aspecto jurídico formal da matéria. A
28 seguir a Conselheira Fernanda Colagrossi fez uso da palavra para
29 apresentar a matéria justificando a solicitação de revisão do
30 licenciamento do Projeto. O Conselheiro José de Ávila A. Coimbra
31 expôs as informações a respeito do Projeto ao IBAMA e ao
32 Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, conforme a
33 proposta acima solicita. Estando em votação, o primeiro item da
34 Moção foi aprovado sem emendas e o segundo item foi retirado de
35 Pauta. O item 6.8 referente à proposta de Moção à Câmara Técnica

1 de Controle Ambiental no sentido de promover estudos para revisão
2 do artigo 7º da Resolução/CONAMA nº 001/86, de autoria da
3 Secretaria-Executiva, o Presidente da Câmara Técnica Assuntos
4 Jurídicos relatou que a Câmara concluiu que a matéria não deve
5 ser objeto de Moção mas que a título de colaboração, sugeria o
6 encaminhamento à Câmara Técnica de Controle Ambiental. Estando em
7 discussão e não havendo manifestações contrárias, o Presidente
8 colocou o encaminhamento dado pela Câmara de Assuntos Jurídicos à
9 matéria, em votação, que foi aprovada por unanimidade. Ainda
10 sobre a matéria, a Conselheira Maude Nancy Joslin propôs que além
11 de ser remetida à Câmara Técnica, seja remetida ao Grupo de
12 Trabalho do SLAP para ser estudado a exemplo do que foi decidido
13 no item 6.2 desta Pauta. A proposta foi aprovada. Estando a Ordem
14 do Dia esgotada, o Presidente informou que a Reunião
15 Extraordinária marcada para o dia seguinte foi adiada e passou a
16 palavra ao Conselheiro Jadson de Araújo Pires, Presidente da
17 Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Saneamento, que completando
18 as informações prestadas pelo Ministro, colocou que em virtude da
19 apresentação de uma proposta de substitutivo do Deputado Fábio
20 Feldmann, enviada ao CONAMA, datada dessa semana, sobre recursos
21 hídricos, a Câmara Técnica que vinha realizando reuniões sobre a
22 matéria achou conveniente sugerir ao Presidente do CONAMA o
23 adiamento da XVI Reunião Extraordinária do Conselho, marcada para
24 o dia seguinte, e sugeriu a data do dia 13 de outubro do corrente
25 ano para sua realização, permitindo assim que, no período que
26 separa estas datas, a Câmara Técnica possa oferecer aos
27 Conselheiros as informações e um parecer fundamentados na última
28 versão do substitutivo que ainda deve ser apreciado pela Câmara e
29 na melhor experiência nacional e internacional, sintetizando a
30 contribuição dos órgãos governamentais e não governamentais. A
31 seguir, o Presidente franqueou a palavra. O Dr. Jorge André Fauth
32 informou suas impressões sobre sua visita às Dunas de Jenipabu.
33 Colocou que a mesma está sendo degradada por atividade turística
34 e solicitou ao IBAMA que, dentro de suas possibilidades,
35 interdite a área até que se compatibilize as atividades

1 turísticas com a preservação que deve ser feita. Acrescentou que
2 essa solicitação é feita em seu nome e em nome dos proprietários
3 da área, que têm interesse em que ela permaneça como patrimônio
4 do Brasil e da humanidade. Solicitou que o IBAMA acate a sugestão
5 de um retorno a esses proprietários sobre o assunto. A
6 Conselheira Maude Nancy solicitou o envio da relação das Câmaras
7 Técnicas Permanentes e Temporárias, com nome dos seus
8 presidentes, seus itens de pauta e as datas dessas reuniões, de
9 forma que os que não integram a todas possam dar sua
10 contribuição para as matérias em debate. Solicitou também à
11 Presidência do CONAMA, bem como à Secretaria-Executiva, que o
12 ofício 01/94 encaminhado pela sua representação, seja encaminhado
13 às Câmaras Técnicas de Energia e de Recursos Hídricos e
14 Saneamento. Esse ofício é referente a um pedido de que o CONAMA
15 avoque os Estudos de Impacto Ambiental atualmente em trâmite nos
16 órgãos Estaduais do Paraná e de São Paulo, relativos à construção
17 da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, do Grupo Votorantim, este
18 pedido é datado de 28 de março e foi protocolado em 6 de abril,
19 junto à Secretaria, para aprofundamento dos estudos nessas
20 Câmaras. O Conselheiro Paulo Nogueira-Neto expressou sua
21 satisfação em retornar ao CONAMA e agradeceu as palavras
22 elogiosas do Sr. Ministro sobre sua pessoa. A Conselheira
23 Fernanda Colagrossi manifestou sua felicidade em ter como
24 Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e Presidente do
25 CONAMA, um homem que redigiu e cuidou da aprovação do Decreto que
26 criou a SEMA e que na Delegação Brasileira na Conferência de
27 Estocolmo teve uma atuação tão importante na aprovação da
28 Declaração de Estocolmo. Expressou sua satisfação em ter o Dr.
29 Paulo Nogueira-Neto presente fisicamente no CONAMA. Expressou sua
30 tristeza de não poder contar, como Conselheiro, com o Dr. Jorge
31 Fauth, uma vez que o mesmo não pertence mais ao quadro do CONAMA
32 e solicitou às 5 Entidades Não-Governamentais que prestassem suas
33 homenagens ao mesmo. Colocou, ainda, que as Dunas de Jenipabu são
34 além de valores paisagísticos, ricos sítios arqueológicos, com
35 alguns dos mais extensos sítios desse País, ainda não

1 pesquisados, cheios de utensílios pré-históricos, que são
2 quebrados pelos veículos que sobre eles circulam. O Conselheiro
3 Flávio Sottomayor fez uso da palavra para comentar alguns dos
4 trabalhos que foram desenvolvidos pela Câmara Técnica Temporária
5 de Acompanhamento e Análise do Projeto Usina Nuclear Angra II.
6 Colocou que todo o processo de licenciamento ambiental da Usina
7 Nuclear de Angra II segue, estritamente, a Legislação em vigor e
8 que vários Conselheiros dessa Câmara e outras Entidades não
9 Governamentais, Associações de Classe tiveram ampla oportunidade
10 de visitar as instalações de Angra II, inclusive as de Angra I. E
11 reforçou um convite do Ministério de Minas e Energia para que
12 todos os Conselheiros se sintam à vontade para procurá-los, e
13 marcar uma data, em grupos, para que sejam feitas visitas às
14 instalações de Angra I e II. Comentou que uma das necessidades
15 detectadas pela Câmara, que foi discutida por todos os
16 Conselheiros, era de que o Termo de Referência do EIA/RIMA seja
17 elaborado pelo IBAMA e pela FEEMA, para que os trabalhos possam
18 continuar, colocando que se não há uma legislação ou uma
19 definição nacional sobre o assunto, acredita que possa ser
20 calcado na legislação internacional em vigor. Continuou dizendo
21 que um dos resultados da Reunião da Câmara Técnica Temporária de
22 Acompanhamento e Análise do Projeto Usina Nuclear Angra II na
23 tarde do dia anterior, foi a votação unânime de uma prorrogação
24 da Câmara Técnica até novembro deste ano e fez um pedido ao Sr.
25 Ministro para que essa prorrogação fosse feita *ad referendum* do
26 Plenário do CONAMA para que se pudesse dar andamento formalmente
27 aos trabalhos sem solução de continuidade. A seguir perguntou à
28 Presidente da Câmara, Dr^a Fernanda Colagrossi, se havia algum
29 reparo ou complementação às informações prestadas por ele. A
30 Conselheira fez uso da palavra e colocou que não havia nenhum
31 reparo, mas apenas uma explicação; disse que acatava as decisões,
32 e que havia entregue em caráter que ela considerava de urgência e
33 com prazo dilatado pela Sr^a Presidente do IBAMA, algumas Moções.
34 A mesa achou por bem não acatá-las em regime de urgência e que,
35 segundo informações a ela prestadas, o Sr. Ministro gostaria de

1 apreciar as Moções e examiná-las melhor, o que julga prática
2 segura para todos, que na realidade o que seria de urgência
3 urgentíssima não era assim tratado pelo Congresso Nacional pela
4 longa demora de um Projeto de Lei sobre rejeitos radioativos que,
5 incompreensivelmente, se estende naquela Casa há tanto tempo.
6 Continuou dizendo que já se esperou até agora e que, então, a
7 Câmara Técnica esperaria até a próxima Reunião. Ainda sobre o
8 assunto a Secretária-Executiva esclareceu que o Convênio
9 IBAMA/CNEN está em vigência próspera e o fato de participar a
10 FEEMA não tem nenhum problema. Colocou que o assunto não está
11 parado em absoluto. O Conselheiro Francisco Soares fez uso da
12 palavra para em primeiro lugar externar ao Dr. Jorge Fauth o
13 reconhecimento e agradecimento das ONG's do Nordeste pelo
14 trabalho que foi desenvolvido junto ao CONAMA. Colocou que a
15 denúncia sobre as Dunas de Jenipabu é fundamentada e que vêm em
16 boa hora: o Conselho criou a Câmara Técnica para Assuntos de
17 Gerenciamento Costeiro; aproveitou para solicitar ao Sr. Ministro
18 que sejam designados os membros dessa Câmara Técnica para seu
19 mais breve funcionamento. Expôs o problema do avanço das dunas
20 que estão soterrando casas, citando a questão da lagoa do
21 Postinho (ou Pocinho), no Município de Parnaíba, que pode
22 desaparecer em breve. O Conselheiro Almir Bressan lembrou que,
23 com relação à Moção que foi entregue em regime de urgência, que
24 trata de um Projeto de Lei que está em tramitação rápida no
25 Congresso Nacional, sobre Recursos Hídricos, achava conveniente
26 apressar a votação da mesma, sob pena de se perder os prazos para
27 conclusão dos trabalhos. A proposição feita pela Câmara Técnica
28 de Recursos Hídricos e Saneamento faz menção à instituição de um
29 Programa Nacional de Gestão de Bacias Hidrográficas. O
30 Conselheiro José de Ávila Aguiar Coimbra fez uso da palavra para
31 levantar reflexão sobre a questão do meio ambiente urbano, uma
32 vez que não consta que se tenha uma política de meio ambiente
33 urbano, nem sequer desenhada e sim ações isoladas como é o caso
34 de saneamento básico. Mas que existem outras dimensões que não
35 estão sendo levadas em conta. Colocou, então, a possibilidade do

1 CONAMA tomar a frente do encaminhamento deste assunto e apontou
2 rumos para implementação de ecologia urbana. A Conselheira Neli
3 apoiou a proposta levantada pelo Conselheiro anterior. O
4 Conselheiro Renato Paes solicitou informação ao Sr. Ministro
5 sobre a proposição encaminhada àquele Ministério durante o
6 lançamento do Programa Nacional de Biodiversidade no Rio de
7 Janeiro, sobre a criação da comissão tripartinte para
8 acompanhamento desse Programa. O Dr. Haroldo Lemos aproveitou
9 para esclarecer que quanto à intervenção do Representante de São
10 Paulo, o Ministério criou em sua estrutura uma coordenação para
11 tratar dos aspectos urbanos ambientais, mantendo uma equipe com
12 esse objetivo. Quanto à outra questão, informou que o Ministério
13 estará criando um Grupo de Trabalho provisório, como foi acordado
14 na Reunião do Rio de Janeiro, quadripartinte, formado por
15 Governo, universidades, ONG's, iniciativa privada, visando levar
16 adiante o Programa da Biodiversidade. A seguir o Sr. Ministro
17 passou a palavra aos Representantes do Ministério de Minas e
18 Energia para apresentação do Plano de Expansão de Longo Prazo do
19 Setor Elétrico (Plano 2.015). O Conselheiro Flávio Sottomayor
20 agradeceu em nome do Ministério, a oportunidade de apresentar
21 esse Plano, sempre com intuito de que as informações sejam de uma
22 maneira suficientemente repassadas aos Conselheiros, para
23 subsidiar discussões futuras. Passou a palavra ao Dr. Antônio
24 Carlos Amaral, Chefe do Departamento de Meio Ambiente da
25 ELETROBRÁS, que fez a apresentação juntamente com o Dr. Jorge
26 Trinkenreich, do Departamento de Estudos Energéticos da
27 ELETROBRÁS. A ELETROBRÁS apresentou uma visão geral dos estudos
28 energéticos no âmbito do Plano 2.015, enfocando em maiores
29 detalhes a metodologia de avaliação ambiental utilizada para
30 análise econômica das diversas opções de expansão disponíveis
31 para geração de energia elétrica. Destacou em especial os
32 profundos avanços de análise ambiental contido no Plano 2.015 em
33 relação aos estudos estratégicos anteriores. Após a apresentação,
34 os expositores ficaram à disposição do Plenário para
35 esclarecimentos de eventuais dúvidas. Fizeram uso da palavra os

1 seguintes Conselheiros: Dr^a Maude Nancy Joslim, Dr. Paulo
2 Nogueira-Neto, Dr. Maurício Andrés; Dr. Luciano Marques, Dr.
3 Paulo Leite, Dr. Francisco Soares, e foram respondidos. Nada mais
4 havendo para ser discutido o Presidente agradeceu a presença de
5 todos e deu por encerrada a 38^a Reunião Ordinária do CONAMA, da
6 qual foi lavrada a presente síntese de Ata.